



CÂMARA MUNICIPAL
DE PARNAMIRIM/RN
Poder Legislativo

Concurso Público - Edital nº 001/2019

Assessor Contábil

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
- 2 Este Caderno contém **35 questões** de múltipla escolha, assim distribuídas: **01 a 10** ▶ Língua Portuguesa; **11 a 35** ▶ Conhecimentos Específicos.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou apresentar imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não peça esclarecimentos aos fiscais.
- 6 Use caneta esferográfica confeccionada em material transparente, preferencialmente de tinta na cor preta.
- 7 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 8 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 9 Você dispõe de, no máximo, **três horas** para responder às questões de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de se retirar definitivamente da sala, **devolva** ao Fiscal a **Folha de Respostas e este Caderno**.

Assinatura do Candidato: _____



Câmara Municipal de Parnamirim
Deem-me minhas mãos, que eu quero colher flores.
José Bezerra Gomes



As questões de 1 a 10 desta prova são baseadas no texto a seguir.

Gênero, brilhantismo e esforço

Carreiras supostamente para pessoas muito inteligentes atraem menos mulheres. Seria uma coincidência? A ciência já encontrou a resposta

Por Dr. Daniel Barros

- 1 Se você tiver oportunidade de ir a um *playground* (e tiver espírito investigativo), faça a seguinte experiência: peça às crianças que apontem quais colegas consideram "muito, muito espertos". Anote os resultados. Então, espere um ano – fazer ciência requer paciência – e pergunte novamente. Faça novas anotações e compare com as anteriores.
- 2 Sem saber, você terá feito uma tentativa de replicação de um estudo publicado em janeiro de 2017, na prestigiosa revista *Science*. E, se conseguir replicar os resultados, descobrirá que, até os 5 anos, não há diferença entre a quantidade de meninos ou meninas apontados como realmente inteligentes. A partir dos 6 anos, contudo, as meninas passam a incluir mais meninos do que meninas nessa categoria. É quando elas perdem o interesse em participar de brincadeiras para crianças muito espertas.
- 3 A história por trás dessa pesquisa é curiosa. A filósofa Sarah-Jane Leslie e o psicólogo Andrei Cimpian notaram que algumas áreas valorizavam muito mais o brilhantismo do que o esforço de seus pesquisadores. A filosofia, ao contrário da psicologia, esperava que apenas gênios procurassem a carreira, parecia-lhes.
- 4 Eles sabiam também, como todo mundo, que algumas áreas apresentam maior discrepância de gênero do que outras. Viam que a psicologia tinha muito mais facilidade de atrair mulheres do que a filosofia, por exemplo. Seria coincidência o fato de uma valorizar mais o brilhantismo do que outra? Ou essa aura estaria afastando as mulheres?
- 5 Para testar essa hipótese, eles perguntaram a milhares de cientistas quanto eles acreditavam que, para ter sucesso em seu campo, era necessário ser brilhante (em vez de ser esforçado). Analisando mais de 2 mil respostas, foram capazes de estabelecer um *score* para o quanto cada área valorizava uma suposta genialidade. Comparando com a quantidade de mulheres – e também de afro-americanos – em cada uma delas, descobriram uma associação inversa entre o índice de valorização do brilhantismo e a representatividade das minorias. Quanto mais se esperava que seus membros fossem gênios, menos mulheres e negros havia. Mesmo considerando fatores como quantidade de horas de trabalho, intensidade de raciocínio matemático requerido, fosse na comparação entre humanas, exatas e biológicas, fosse dentro de cada campo, a correlação não falhava.
- 6 Foi quando, cientistas rigorosos que são, quiseram investigar se era apenas uma coincidência, sem relação de causa e efeito, ou se, de fato, os homens eram mais identificados com o brilhantismo do que as mulheres. Fizeram, então, o estudo com as crianças, mostrando que esse estereótipo não só surge cedo como afasta precocemente as meninas de atividades que, elas acreditam, requerem grande inteligência.
- 7 Meninos e meninas podem ter aptidões diferentes naturalmente? Estatisticamente, sim. Mas isso faz pouca diferença na prática. O que faz diferença é martelar na cabeça das crianças que cada um pode ser o que quiser, independentemente de seu gênero. Mas isso só acontecerá quando os adultos estiverem convictos.

BARROS, Daniel. Gênero, brilhantismo e esforço. **Galileu**. São Paulo, Editora Globo, Nº 333, mar. 2019. p.71 [Adaptado]

01. O propósito comunicativo prioritário do texto é
- A) expor que meninas são mais aptas para atividades que exigem esforço.
 - B) explicar que homens e mulheres são diferentes do ponto de vista biológico.
 - C) demonstrar que meninas e meninos podem ser aptos a realizar qualquer tarefa.
 - D) defender que meninos são mais aptos para atividades que exigem brilhantismo.
02. A leitura do texto permite inferir que
- A) há uma relação entre gênero, capacidade intelectual e esforço que é determinada pelas características biológicas de homens e mulheres.
 - B) a perda de interesse das meninas por atividades associadas ao brilhantismo está relacionada ao fato de elas acreditarem que os meninos são mais esforçados.
 - C) a baixa participação feminina em algumas áreas do conhecimento está mais relacionada à criação de estereótipos do que à falta de aptidão das mulheres.
 - D) há áreas do conhecimento em que a relação entre brilhantismo e participação feminina não ocorre como esperado nas pesquisas referenciadas.
03. Considere o excerto a seguir: “Carreiras supostamente para pessoas muito inteligentes atraem menos mulheres. Seria uma coincidência? A ciência já encontrou a resposta”.
- A resposta a que se refere o excerto encontra-se
- A) no parágrafo 6.
 - B) nos parágrafos 2 e 3.
 - C) no parágrafo 4.
 - D) nos parágrafos 1 e 2.
04. O título do texto
- A) antecipa um contra-argumento desenvolvido no decorrer dos parágrafos.
 - B) contém um argumento desenvolvido no decorrer dos parágrafos.
 - C) apresenta a opinião central defendida no conjunto dos parágrafos.
 - D) sinaliza o tema abordado no conjunto dos parágrafos.
05. No primeiro parágrafo do texto, predomina a sequência
- A) argumentativa.
 - B) injuntiva.
 - C) explicativa.
 - D) narrativa.

Para responder às questões 06, 07, 08 e 09, considere o parágrafo transcrito abaixo.

A história por trás **dessa pesquisa[1]** é curiosa. A filósofa Sarah-Jane Leslie e o psicólogo Andrei Cimpian notaram **que[2]** algumas áreas valorizavam muito mais o brilhantismo do que o esforço de seus pesquisadores. A filosofia, ao contrário da psicologia, esperava **que[3]** apenas gênios procurassem a carreira, parecia **lhes[4]**.

06. Considerando a tradição gramatical sobre pontuação, afirma-se corretamente:
- A) o segundo ponto poderia, sem alteração do sentido do trecho, ser substituído por sinal de interrogação.
 - B) as duas primeiras vírgulas poderiam, com alteração de sentido do trecho, ser substituídas por parênteses.
 - C) a última vírgula poderia, com alteração de sentido do trecho, ser substituída por travessão.
 - D) o primeiro ponto poderia, sem prejuízo do sentido do trecho, ser substituído por dois-pontos.

- 07.** A sequência linguística **[1]** exemplifica um mecanismo de coesão
- A)** por elipse de termo presente no parágrafo seguinte.
 - B)** referencial e antecipa informação presente no parágrafo seguinte.
 - C)** por elipse de termo presente no parágrafo anterior.
 - D)** referencial e retoma informação presente no parágrafo anterior.
- 08.** Os elementos linguísticos **[2]** e **[3]** pertencem
- A)** à mesma classe gramatical e introduzem orações adjetivas.
 - B)** à mesma classe gramatical e introduzem objetos diretos.
 - C)** a classes gramaticais diferentes e introduzem complementos nominais.
 - D)** a classes gramaticais diferentes e introduzem orações substantivas.
- 09.** O elemento linguístico **[4]** retoma
- A)** “A filósofa Sarah-Jane Leslie e o psicólogo Andrei Cimpian”.
 - B)** “algumas áreas”.
 - C)** “seus pesquisadores”.
 - D)** “apenas gênios”.
- 10.** A linguagem empregada no texto tende à
- A)** conotação e ao registro formal, estando adequada ao gênero discursivo.
 - B)** denotação e ao registro informal, estando inadequada ao gênero discursivo.
 - C)** denotação e ao registro formal, estando adequada ao gênero discursivo.
 - D)** conotação e ao registro informal, estando inadequada ao gênero discursivo.

11. Plano de contas é a estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite, de maneira sistematizada, o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade bem como a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis de acordo com as necessidades de informações dos usuários. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) alinha-se a essa finalidade por meio da padronização da forma de registro contábil para a extração de informações para esses usuários. Sobre o PCASP, analise os objetivos abaixo.

I	Distinguir os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.
II	Permitir o detalhamento das contas contábeis a partir do nível máximo estabelecido pela STN.
III	Permitir a consolidação regional das contas públicas.
IV	Contribuir para a adequada tomada de decisão e para a racionalização de custos no setor público.

São objetivos do PCASP os apresentados nos itens

- A) II e IV. B) I e III. C) I e IV. D) II e III.**

12. Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados. O pagamento dessas provisões deveria resultar, para a entidade, em saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou em potencial de serviços, tendo prazo ou valor incerto. Acerca das provisões na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, considere os requisitos abaixo.

I	Uma decisão da entidade origina uma obrigação, independentemente de ter sido comunicada a terceiros.
II	Existe uma obrigação presente (formalizada ou não) resultante de eventos passados.
III	É possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.
IV	A entidade não possui alternativa realista senão negociar a obrigação criada pelo evento em curto ou longo prazo.

As provisões devem ser reconhecidas quando estiverem presentes os requisitos citados nos itens

- A) I e IV. B) I e III. C) II e III. D) II e IV.**

13. Restos a pagar são todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Distinguem-se dois tipos de restos a pagar, que são

- A) os processados (despesas empenhadas) e os não processados (despesas a empenhar).
 B) os processados (despesas liquidadas) e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação).
 C) os liquidados (pagamentos suspensos) e os não liquidados (pagamentos não suspensos).
 D) os liquidados (pagamentos autorizados) e os não liquidados (pagamentos não autorizados).**

14. O empregador é obrigado a elaborar, mensalmente, a folha de pagamento (ou "folha de salários") relativa às remunerações pagas, devidas ou creditadas a todos os segurados a seu serviço. A Câmara Municipal de um município potiguar que possui RPPS, ao elaborar sua folha de pagamento, reconhece a contribuição previdenciária patronal, de ônus do próprio ente, que constitui uma despesa

- A) intraorçamentária para o ente e uma receita extraorçamentária para o RPPS.
 B) extraorçamentária para o ente e uma receita intraorçamentária para o RPPS.
 C) intraorçamentária para o ente e uma receita intraorçamentária para o RPPS.
 D) extraorçamentária para o ente e uma receita extraorçamentária para o RPPS.**

15. A Lei Orgânica do Município de Parnamirim, em seu Art. 6º, prevê que o Município pode, após consulta plebiscitária à população diretamente interessada, dividir-se, para fins administrativos, em distritos a serem criados, organizados, supridos ou fundidos por lei. Analise os requisitos abaixo considerando o que prevê essa lei acerca da criação e delimitação das divisas de distritos.

I	Deve haver conselho comunitário e, pelo menos, 1 vereador eleito com residência na povoação-sede.
II	Devem existir linhas naturais que possam ser utilizadas como extremos e que sejam facilmente identificáveis.
III	Devem existir, na povoação-sede, pelo menos, cinquenta moradias, escola pública e posto de saúde.
IV	O número de habitantes e de eleitores bem como a arrecadação não podem ser inferiores à quinta parte exigida para criação do município, regulada em lei.

Para a criação de um distrito em Parnamirim, devem ser observados os requisitos presentes nos itens

- A) III e IV. B) I e III. C) I e II. D) II e IV.

16. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária de um município é exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Executivo, os quais foram instituídos em lei. Sobre a prestação de contas do prefeito julgadas pela Câmara, analise as afirmações abaixo.

I	As contas do prefeito, prestadas anualmente, são julgadas pela Câmara dentro de 60 dias após o recebimento do parecer prévio da Comissão de Finanças e Orçamento.
II	As contas do município ficam, durante 60 dias, a partir do dia 15 de abril, anualmente, à disposição dos cidadãos, no horário de expediente da Câmara Municipal, para exame e apreciação.
III	As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União são prestadas na forma da legislação federal, podendo o município suplementar essas contas.
IV	Se as contas do prefeito forem rejeitadas, serão estas imediatamente devolvidas ao executivo para ajustes ou esclarecimentos, sendo concedido, para tanto, o prazo de 45 dias.

Supondo-se que um novo distrito seja criado em Parnamirim, devem ser observadas as regras presentes nos itens

- A) I e III. B) II e III. C) I e IV. D) II e IV.

17. A Lei Orgânica do Município de Parnamirim define a organização dos poderes municipais e, ao tratar do funcionamento da Câmara dos Vereadores, determina que a autorização das despesas da Câmara compete

- A) ao Plenário da Câmara. C) à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento.
B) ao Presidente da Câmara. D) à Comissão Especial de Finanças e Orçamento.

18. O orçamento da Câmara Municipal de Parnamirim para o ano de 2019 prevê uma receita de R\$ 17,2 milhões, conforme se observa na figura abaixo.

	Prevista em 2019 (R\$)	Realizada até Mar/2019 (R\$)	% Realizado
Receita Total Exercício 2019	17.200.000,00	3.054.164,42	17,76

Disponível em: <http://201.59.185.194:8080/transparencia/receitasdet.aspx?perfil=3&nvl=1&exercicio=2019&pos=0&mes=3&fase=0>. Acesso em: 24 mar. 2019.

No que diz respeito à classificação das receitas públicas, essa receita prevista classifica-se como

- A) Recursos Correntes, quanto à categoria, e Receita Ordinária quanto à fonte de recursos.
B) Recursos Ordinários, quanto à categoria, e Receita Corrente quanto à fonte de recursos.
C) Recursos Correntes, quanto à fonte de recursos, e Receita Ordinária quanto à categoria.
D) Recursos Ordinários, quanto à fonte de recursos, e Receita Corrente quanto à categoria.

22. De modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, atualmente, o Balanço Patrimonial é composto por Quadro Principal, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, Quadro das Contas de Compensação e Quadro do Superávit / Déficit Financeiro. Se o presidente da Câmara Municipal de Parnamirim tem a intenção de verificar os valores dos atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que, potencialmente, podem afetar o patrimônio da Câmara, deve consultar o
- A) Quadro das Contas de Compensação.
 B) Quadro Principal.
 C) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.
 D) Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

23. A figura abaixo é um recorte do Balanço Patrimonial da Prefeitura de Parnamirim/RN em 2016.

EXERCÍCIO: 2016 PERIODICIDADE: ANUAL PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO / 2016

ATIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	18.025.967,66
ATIVO NÃO CIRCULANTE	934.966.172,47
TOTAL DO ATIVO	952.992.140,13

Disponível em: [http://www.parnamirim.rn.gov.br/pdf/leis/lei_balanco_anual_05-06-2017\(04-13-47\)_1745.pdf](http://www.parnamirim.rn.gov.br/pdf/leis/lei_balanco_anual_05-06-2017(04-13-47)_1745.pdf). [Adaptado]. Acesso em: 24 mar. 2019.

Sabendo que o Passivo Financeiro e o Passivo Permanente somam R\$ 131.037.958,27, o Saldo Patrimonial em 2016 foi de

- A) R\$ 821.954.181,86.
 B) R\$ 934.966.172,47.
 C) R\$ 18.025.967,66.
 D) R\$ 916.940.204,81.
24. Conforme disciplina o Regimento Interno da Câmara Municipal de Parnamirim (RICMP), em seu Art. 61, "As Comissões da Câmara são órgãos técnicos, constituídos de três membros, cuja duração é Permanente ou Temporária". Entre outras, são Comissões Permanentes segundo o RICMP
- A) a de Estudos Técnicos; a de Constituição, Legislação e Redação Final; a de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.
 B) a de Investigação e Inquérito Parlamentar; a de Finanças, Orçamentos e Fiscalização Financeira; a de Representação Social.
 C) a de Constituição, Legislação e Redação Final; a de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; a de Representação Social.
 D) a de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; a de Finanças, Orçamentos e Fiscalização Financeira; a de Saúde, Educação e Assistência Social.

25. O Regimento Interno da Câmara Municipal de Parnamirim (RICMP) define, em seu Art. 76, os campos temáticos e as áreas de atividades das Comissões. Nesse contexto, considere as áreas de atividades de comissões explicitadas abaixo.

I	Fixação da remuneração dos vereadores, do prefeito, dos secretários e assessores do município.
II	Prestação de contas da mesa da Câmara e do prefeito.
III	PPA, LDO, orçamento anual, projetos de autorização para abertura de créditos.
IV	Aquisição e alienação de imóveis.

São áreas de atividades da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização Financeira as contidas nos itens

- A) II e III. B) I e III. C) I e IV. D) II e IV.**

26. Conforme disciplina o RICMP, em seu Art. 130, a competência para legislar sobre leis pode ser geral, concorrente, privativa ou vinculada. Os tributos de competência do município são uma matéria que enseja a iniciativa

- A) apenas vinculada. C) concorrente ou vinculada.**
B) apenas geral. D) geral ou concorrente.

27. As concessões de serviços públicos são uma das áreas de atividades do campo temático da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Parnamirim. Concessão de serviços públicos é a delegação contratual da execução do serviço público, precedida ou não de obra pública, permanecendo a titularidade com o poder público. As concessões comuns de serviços públicos são realizadas por meio de

- A) dispensa de licitação ou licitação apenas na modalidade convite.**
B) licitação nas modalidades concorrência ou convite.
C) licitação apenas na modalidade concorrência.
D) dispensa de licitação ou licitação apenas na modalidade concorrência.

28. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu Art. 19, define que “Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: [...] Municípios: 60%”. Em seguida, no Art. 20, a LRF determina que, para os municípios, a repartição do limite global do Art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

- A) 6% para o Legislativo e 54% para o Executivo (incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver).**
B) 5% para o Legislativo (incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver) e 55% para o Executivo.
C) 6% para o Legislativo (incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver) e 54% para o Executivo.
D) 5% para o Legislativo e 55% para o Executivo (incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver).

29. A LRF define, para efeitos legais, dívida pública consolidada ou fundada. Considere as afirmações abaixo a respeito dessa dívida.

I	Dívida pública consolidada ou fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas exclusivamente em virtude de contratos e convênios, para amortização em prazo superior a 12 meses.
II	Será incluída, na dívida pública consolidada da União, a dívida relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil.
III	Dívida pública consolidada ou fundada é representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, pelos Estados e Municípios.
IV	Integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a 12 meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

As afirmações corretas sobre dívida pública consolidada ou fundada estão nos itens

- A) III e IV. B) I e II. C) II e IV. D) I e III.**

30. A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Sobre a DVP, analise as afirmações abaixo.

I	A DVP é elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP.
II	A DVP é gerada apenas a partir de fatos contábeis modificativos ou mistos, pois não sofre influência dos fatos permutativos.
III	A DVP deverá ser acompanhada de notas explicativas, divulgando separadamente apenas os valores dos itens relevantes que compõem as VPA e as VPD.
IV	Caso haja contas intraorçamentárias (nível de consolidação 2), estas devem ser incluídas para fins de consolidação das demonstrações contábeis no âmbito de cada ente.

Das afirmações, estão corretas

- A) I e II.** **B) I e III.** **C) III e IV.** **D) II e IV.**

31. Na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o custo dos estoques pode não ser recuperável se eles estiverem danificados, se se tornarem total ou parcialmente obsoletos ou se os seus preços de venda tiverem diminuído. A prática de ajustar o valor de custo dos estoques para o valor realizável líquido é consistente com o ponto de vista de que os ativos não devem ser escriturados por quantias superiores àquelas que se espera que sejam realizadas com a sua venda, troca, distribuição ou seu uso.

Considere que, na Câmara Municipal de Parnamirim, há um estoque de computadores que foram adquiridos para doação a escolas e ONGs que atuam no município, ao custo de R\$ 140.000,00. Em função da evolução tecnológica, esses computadores têm hoje um valor realizável líquido de apenas R\$ 95.000,00. O lançamento para contabilização do ajuste de perdas de estoques para adequar o estoque de computadores da Câmara ao valor realizável líquido é:

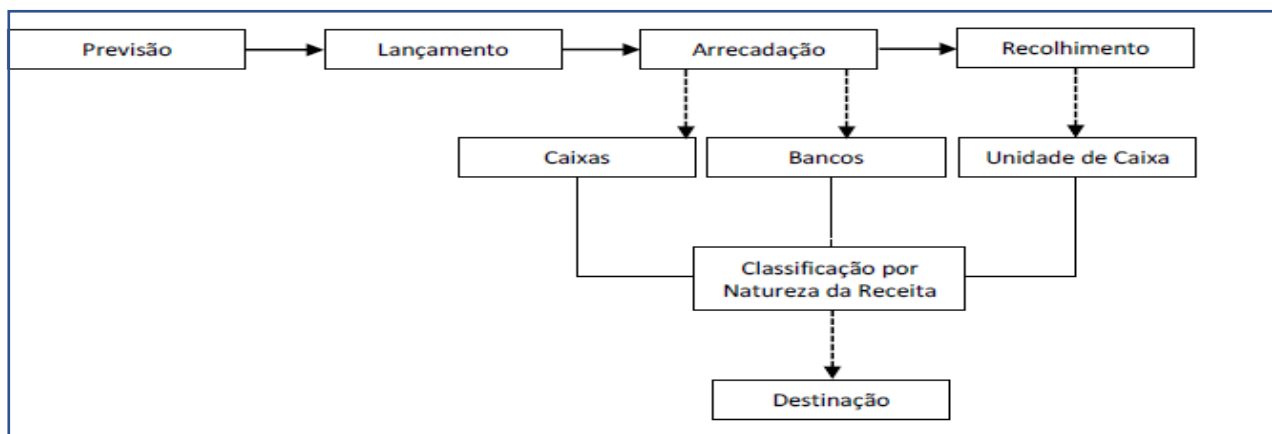
A)	D (-) Ajuste de Perdas de Estoques	
	C VPD com Ajuste de Perdas de Estoques	R\$ 45.000,00
B)	D VPD com Ajuste de Perdas de Estoques	
	C (-) Ajuste de Perdas de Estoques	R\$ 95.000,00
C)	D VPD com Ajuste de Perdas de Estoques	
	C (-) Ajuste de Perdas de Estoques	R\$ 45.000,00
D)	D (-) Ajuste de Perdas de Estoques	
	C VPD com Ajuste de Perdas de Estoques	R\$ 95.000,00

32. A LRF estabeleceu a exigência de se realizar a consolidação nacional das contas públicas. Essa competência é exercida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) por meio da publicação anual do Balanço do Setor Público Nacional (BSPN), congregando as contas da União, estados, Distrito Federal e municípios. A STN edita normativos, manuais, instruções de procedimentos contábeis e plano de contas de âmbito nacional, objetivando a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas. Tais instrumentos se encontram em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e buscam a convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público – *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) – editadas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB).

Essa atual Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil, alinhada às normas internacionais, tem, como objeto de estudo,

- A) o orçamento público.** **C) as receitas e despesas públicas.**
B) o patrimônio público. **D) as normas nacionais e internacionais.**

33. A Receita Pública Orçamentária passa por várias etapas até ter sua destinação definida, como mostra a figura abaixo.



Fonte: STN. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 8. ed. Brasília: STN, 2018, p.54.

Há de se observar, contudo, que nem todas as etapas apresentadas ocorrem para todos os tipos de receitas orçamentárias, como é o caso, por exemplo, de uma doação em espécie recebida pelos entes públicos, que não passa pela etapa

- A) do lançamento.
- B) da arrecadação.
- C) do recolhimento.
- D) da destinação.

34. No processo de aquisição de bens ou serviços por parte de um ente público, é necessário observar alguns passos para que se possa proceder à adequada classificação quanto à natureza de despesa orçamentária e garantir que a informação contábil seja fidedigna. A sequência correta para se proceder à classificação é:

- A) 1º passo – identificar a categoria econômica da despesa orçamentária; 2º passo – identificar se o registro do fato é de caráter orçamentário ou extraorçamentário; 3º passo – identificar o elemento de despesa; e 4º passo – verificar o grupo de natureza da despesa orçamentária.
- B) 1º passo – identificar se o registro do fato é de caráter orçamentário ou extraorçamentário; 2º passo – verificar o grupo de natureza da despesa orçamentária; 3º passo – identificar o elemento de despesa; e 4º passo – identificar a categoria econômica da despesa orçamentária.
- C) 1º passo – identificar a categoria econômica da despesa orçamentária; 2º passo – identificar se o registro do fato é de caráter orçamentário ou extraorçamentário; 3º passo – verificar o grupo de natureza da despesa orçamentária; e 4º passo – identificar o elemento de despesa.
- D) 1º passo – identificar se o registro do fato é de caráter orçamentário ou extraorçamentário; 2º passo – identificar a categoria econômica da despesa orçamentária; 3º passo – verificar o grupo de natureza da despesa orçamentária; e 4º passo – identificar o elemento de despesa.

35. Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos à depreciação sistemática durante esse período. A depreciação tem como característica fundamental a redução do valor do bem e se inicia a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para uso. A causa que influencia a redução do valor é a existência de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado. A depreciação é o declínio do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração, ocasionada apenas pelos seguintes fatores:

- A) obsolescência, desgastes com uso e perda de valor de uso.
- B) redução de valor de mercado, perda de valor de uso e obsolescência.
- C) deterioração física, obsolescência e redução de valor de mercado.
- D) desgastes com uso, deterioração física e obsolescência.